

# A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO RUSSA NA LUTA PELOS DIREITOS POLÍTICOS DE CLASSE E OS PRIMÓRDIOS DA SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 1925-1930

Dainis Karepovs<sup>1</sup>

No ano de 2016, o Brasil viveu o desenlace de um longo golpe de Estado. Como resultado dessa conspiração, realizada por setores da oposição política no Congresso Nacional, da mídia e do Poder Judiciário, a retrógrada burguesia brasileira, após sucessivas derrotas eleitorais, retomou o poder no mais poderoso país da América do Sul. Seu retorno fraudulento ao poder deu-se unicamente com o fim de implantar um programa político e econômico que a maioria da população brasileira vinha sistematicamente rejeitando nas urnas desde o início do século XXI. E com um agravante: esta burguesia retardatária do Brasil que sempre exalou os aromas escravocratas do século XIX se fez representar não mais por ideólogos de circunstância, mas por uma verdadeira quadrilha criminosa.

Capa de exemplar dos primeiros *Estatutos* do PCB de 1922 conservado no arquivo da Internacional Comunista, em Moscou.

Esta claque facinorosa recebeu como missão destruir e privatizar as políticas públicas de bem-estar social. Estas políticas, amplamente implantadas durante quatorze anos, permitiram que dezenas de milhões de brasileiros deixassem para trás os trágicos limites da linha da pobreza e da fome absolutas. Neste momento, as medidas tramadas pela quadrilha golpista fazem reaparecer os sinistros rostos da fome e da miséria ao povo do Brasil.

Tais políticas de inclusão social, hoje violentamente atacadas pelos criminosos golpistas, concretizaram parte importante das reivindicações que os trabalhadores brasileiros, mais enfaticamente desde a extinção da escravidão em fins do século XIX, sempre clamaram e por elas lutaram ao longo desse período.

Ao situar entre dois colossais colapsos da humanidade, isto é, entre a Primeira Guerra Mundial, que marcou a derrocada da civilização ocidental do século XIX, e o desmoronamento das economias e sistemas de Estado da região soviética, o historiador inglês Eric Hobsbawm<sup>2</sup> estabeleceu os marcos cronológicos do que chamou de o “breve século XX”. Nesta formulação, há indubitavelmente um personagem chave: o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. É ele, e evidentemente suas conquistas e consequências, que está no centro dos principais eventos desse “breve século XX”.

Qual a repercussão da Revolução Russa mundo afora, em especial em terras brasileiras? Isto pode ser examinado através da ação de uma de suas facetas mais visíveis: a Seção Brasileira da Internacional Comunista, o Partido Comunista do Brasil (PCB). Fundado em 1922, seu papel, tanto nos avanços como nos recuos pelas políticas de inclusão social – ou como elas eram chamadas nos anos 1920, pelos direitos políticos de classe – e, sobretudo, as formas de luta e organização para sua conquista receberam em terras brasileiras um forte impulso com a Revolução Russa de 1917 e a criação da Internacional Comunista (IC) em 1919.

Para tratar tal tema, evidentemente, aqui não será possível fazer um detalhado exame dessa secular trajetória. Por isso vamos aqui nos restringir ao exame da atuação dos comunistas em seus primórdios, enfocando em especial as reivindicações apresentadas pelos comunistas nas primeiras eleições das quais tomaram parte no Brasil. Aqui se pode, ao mesmo tempo, marcar a ruptura com as origens anarquistas e aquilatar o conjunto de propostas apresentadas à classe operária brasileira, as quais marcavam, por sua vez, de um lado, os pontos de vista da Revolução Russa e, de outro, sua diferenciação com a retardatária burguesia brasileira. É claro que não se deve ignorar que o Partido Comunista do Brasil (PCB) desde sua fundação viveu o período aqui tratado, salvo uns poucos meses em 1922 e outros tantos em 1927, na ilegalidade e submetido, de 1922 a 1926, de 1930 a 1933, e de fins de 1935 até 1945,

a períodos de exceção e ditaduras. Além disso, como uma das consequências da ilegalidade e da clandestinidade, é também importante ter em mente que, como se sabe, excetuando-se o período 1945-1947, o Partido Comunista brasileiro sempre esteve longe do que se poderia caracterizar como um partido de massas. Por isso, mais que tudo, se deve projetar e valorizar um importante destaque à atuação pioneira do PCB nesta questão.

Recordemos, por fim, no caso brasileiro, que a experiência histórica, digamos “coletiva”, com a Internacional Comunista – porque até hoje ela ainda é transmitida nas escolas –, são as revoltas militares comunistas de 1935 e que receberam o significativo e nada ingênuo nome de “Intentona Comunista”. No entanto, questões como a luta por direitos sociais, como a dos primórdios da organização de segmentos sociais – dos trabalhadores do campo, das mulheres, da juventude, por exemplo –, como a participação política dos trabalhadores nas eleições e no parlamento, que pouco ou nunca haviam sido intentadas, no mundo do trabalho, de forma contínua e organizada em terras brasileiras antes dos comunistas, desaparecem diante da “intentona”. É evidente que o fenômeno do chamado stalinismo também não deve ser esquecido aqui em suas deletérias consequências, sobretudo pela submissão dos interesses dos trabalhadores de todo o planeta frente aos do Estado soviético e, como consequência, pela sua política de subordinação e colaboração com a burguesia internacional.

### **Antecedentes do surgimento da seção brasileira da IC**

Surgido como produto, de um lado, da fracassada experiência do movimento operário com a liderança dos anarquistas, durante o surto grevista de 1917-1919, e, de outro, da empolgação decorrente da vitória da Revolução Russa de 1917, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em 1922. Como os demais partidos comunistas criados naquela quadra ao redor do planeta, o PCB nasceu a partir de uma cisão ocorrida no interior da corrente revolucionária hegemônica no movimento operário brasileiro. Como se sabe, e esta foi uma excepcionalidade do partido brasileiro, seu núcleo originário em grande parte veio das fileiras anarquistas, em um país no qual as ideias comunistas ou social-democratas eram quase desconhecidas.

Há um século, chegavam ao Brasil as notícias sobre a Revolução Russa. Alimentados pelas agências internacionais de notícias, os principais órgãos de imprensa brasileira reproduziam a lógica dos interesses envolvidos na I Guerra Mundial e apresentavam os movimentos de esquerda e especialmente os bolcheviques como “agentes alemães”.

Apenas os jornais operários brasileiros furavam este cerco de infor-

mações adulteradas ao reproduzirem o noticiário da imprensa internacional dos trabalhadores. Sobre o entusiasmo que os fatos revolucionários russos geravam entre os trabalhadores brasileiros e do resto do mundo e as tentativas de manipulação do noticiário por parte da imprensa brasileira restou um importante texto publicado em 1918, pelo então jovem anarquista Astrojildo Pereira.<sup>3</sup> Ele e muitos de seus companheiros anarquistas ficaram tão empolgados com os acontecimentos na Rússia revolucionária que produziram um paradoxo: fundaram um partido para tentar abrir a via da revolução no Brasil.

Em 1917, com a greve geral de São Paulo, iniciou-se uma fase de ascensão do movimento operário no Brasil, que foi, na expressão de Astrojildo Pereira, “fermentado pela influência da Revolução Russa e dos acontecimentos europeus seguidos à assinatura do armistício”.<sup>4</sup> Em novembro de 1918 ocorreu uma fracassada insurreição anarquista, cujas lideranças, depois de meses de prisão, acabaram absolvidas. Apesar disso, o movimento de ascensão ainda prosseguiu. Pereira mencionou as comemorações do 1º de Maio de 1919, quando 60.000 trabalhadores desfilaram pelas avenidas do Rio de Janeiro dando vivas à Revolução Russa ao som de “A Internacional”, além de várias greves que ocorreram em 1919, como em Recife e Salvador. Este quadro, ainda na avaliação de Pereira, produziu concessões por parte da burguesia brasileira, em particular “a lei de acidentes no trabalho, aumentos de salários, dia de 8 horas nas fábricas”. A partir da repressão desencadeada pelo governo começou uma trajetória de descenso, feita de sucessivas derrotas, com a perda de várias conquistas e um intenso processo de prisões e deportações das principais lideranças, sendo o último grande movimento desse período a greve dos ferroviários da Leopoldina Railway, em março de 1920, apoiada por uma tentativa de greve geral no Rio de Janeiro, que foi duramente reprimida.

A primeira organização a defender publicamente as posições comunistas no Brasil foi a União Maximalista de Porto Alegre, nascida em novembro de 1918.<sup>5</sup> No ano seguinte, ocorreria uma alteração na situação no interior do movimento operário brasileiro:

Em 1919 houve um câmbio ideológico nos anarquistas em todo o país. Supondo como obra anárquica o golpe de Novembro, passaram com armas e bagagens ao bolchevismo; este fato fez com que desaparecessem as divergências em Porto Alegre. O entusiasmo no Brasil chegava ao auge, fundando-se, então, nos primeiros meses do ano, o Partido Comunista do Brasil, que chegou a ter, segundo a imprensa obreira, oitenta mil membros.<sup>6</sup>

Este partido foi fundado no Rio de Janeiro em 9 de março de 1919. Segundo informações de Astrojildo Pereira, foi durante o período de prisão das

lideranças da insurreição de novembro de 1918 que apareceu pela primeira vez a ideia de criação do Partido Comunista.<sup>7</sup> Entre 21 e 23 de junho de 1919, realizou-se no Rio de Janeiro a Primeira Conferência Comunista – a qual reuniu 22 delegados representando grupos de 7 Estados brasileiros – para a constituição do Partido Comunista do Brasil. A abertura da Primeira Conferência Comunista foi feita por José Oiticica, que fez um veemente discurso, cujos principais enfoques foram dados a favor do amor livre e contra o sufrágio universal. O seu programa “cheirava bastante a anarquismo”, como se afirmava no informe acima mencionado, mesmo assim, ele foi avaliado como “bom, tendo em consideração a fonte donde proveio”.

Este evento foi sem dúvida o resultado do entusiasmo causado pela Revolução Russa e as primeiras medidas do poder soviético – desapropriação de terras e tomada das fábricas – e da ascensão que o movimento operário brasileiro então vivia e, particularmente, o produto da falta de maiores informações sobre o que de fato ocorria na Rússia soviética. O que mais chama a atenção aqui é o fato de anarquistas terem fundado um partido. O que aparenta ser uma contradição na verdade é um fenômeno internacional.<sup>8</sup> Na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, os sindicalistas revolucionários e anarquistas aderiram à Revolução Russa por compreender, à moda “sindicalista”, os conceitos e as instituições postos por ela em circulação, mantendo-se, mesmo assim, mais fiéis ao programa sindicalista revolucionário que ao bolchevismo, apenas agrupando-se sob a forma de um “partido”. Assim, quando os anarcossindicalistas brasileiros do Partido Comunista defendiam a Revolução Russa e o que compreendiam por “ditadura do proletariado”, acabavam enfatizando a socialização dos meios de produção por meio dos sindicatos e os elementos propagandísticos próprios da ação direta.<sup>9</sup>

Os primeiros ataques dos anarquistas ao “bolchevismo” se deram de modo “sorrateiro” e ganharam consistência a partir do 3º Congresso Operário, realizado em abril de 1920, quando os anarquistas começaram a “sabotar toda e qualquer propaganda maximalista”.<sup>10</sup> Neste conclave, foi aprovada uma moção que elidia a questão da adesão à IC, embora ainda se declarasse a “expectativa simpática em face da 3ª Internacional de Moscou, cujos princípios gerais correspondem verdadeiramente às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo o mundo”, e chegou a enviar moções de congratulações com a IC.<sup>11</sup> O Partido Comunista anarquista, conforme Nequete, acabou desaparecendo por “não ter tido em seu seio nenhum comunista”, embora muitos de seus aderentes posteriormente acabassem nas fileiras do PCB fundado em 1922.

No processo de delimitação entre anarquistas e comunistas no Brasil, um peso significativo dele está circunscrito às questões doutrinárias e do pró-

prio movimento operário brasileiro, mas duas questões tiveram um grande peso: a sindical e a parlamentar.

Enquanto a Internacional Comunista impulsionou uma política de cisão dentro da social-democracia para a criação de partidos comunistas, no campo sindical os comunistas recusavam-se a promover divisões para a constituição de “sindicatos vermelhos”, o que permitiu e garantiu proximidade com os anarquistas. Isto, todavia, durou até julho de 1921, data de fundação da Internacional Sindical Vermelha (ISV) em Moscou, quando se decidiu privilegiar um estreito contato orgânico entre os movimentos operários revolucionários, sobretudo a IC, e a nova central sindical internacional. A partir de então, os anarcossindicalistas, inclusive do Brasil, passaram a afirmar que se decidira no congresso pela subordinação dos sindicatos à Internacional Comunista.

Além disso, os anarquistas, quando, passado o entusiasmo inicial da recepção da Revolução Russa no Brasil, compreenderam o que ali acontecera, fizeram também questão de destacar que a opção pela via parlamentar feita pelos comunistas era uma das principais causas de diferenciação entre as duas correntes:

Por isso, não a hostilizando e prestando-lhe o nosso apoio na sua obra revolucionária e esperando que a experiência demonstre a necessidade da modificação de suas bases no sentido federalista-libertário, de forma a poder reunir todos os elementos revolucionários do mundo, não podemos aceitar a adesão à 3ª Internacional de Moscou, porque ela é a instituição de uma determinada facção – a comunista-marxista; porque tem por fim o estabelecimento de uma ditadura; porque aceita, embora condicionalmente, a ação parlamentar, que a experiência do passado, e do presente, demonstrou ser danosa para a causa da Revolução Social.<sup>12</sup>

## Surge a SBIC

Em meados de 1921, os novos militantes comunistas do Rio de Janeiro passaram a dar maior amplitude à sua ação, por meio de reuniões com as principais lideranças do movimento operário, nas quais se discutiam os mais relevantes “problemas da Revolução mundial à luz das experiências em curso na Rússia”.

Constatando que os debates entre os partidários da III Internacional e os anarquistas cristalizaram ambas as posições, indicando a inutilidade do prosseguimento das discussões, tomou-se a iniciativa de fundar o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, na simbólica data de 7 de novembro de 1921. A partir de então, o Grupo passou a entrar em contato com outros “centros

proletários do Brasil” para expor-lhes seu programa e as 21 condições de admissão na IC e também decidiu fundar uma revista em janeiro de 1921, *Movimento Comunista*. Tal ação teve como resultado o surgimento e a consolidação de grupos comunistas no Recife, Juiz de Fora, Niterói, Cruzeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre e outras cidades. Somente no Rio de Janeiro e Niterói conseguiu reunir “70 aderentes seguros”, às vésperas do congresso de fundação do PCB.

Ao final de um processo de cerca de quatro anos de discussões em todo o país, pode-se dizer que os resultados em termos de adesão foram modestos. Os nove delegados presentes ao congresso de fundação do PCB, realizado no Rio de Janeiro (abertura) e em Niterói, de 25 a 27 de março de 1922, representavam 165 militantes.<sup>13</sup>

Em sua reunião de fundação, o PCB apreciou e aprovou as chamadas 21 condições de ingresso na IC, os estatutos do novo partido (inspirados nos da seção argentina), a eleição da Comissão Central Executiva (CCE) e o desencadeamento da campanha “pró-flagelados do Volga”. O novo partido logo buscou legitimar-se imediatamente perante a Internacional Comunista, com o envio de um delegado ao IV Congresso da IC. Todavia, a conturbada atuação desse delegado (o gráfico e jornalista Antônio Bernardo Canellas<sup>14</sup>) enviado pelo jovem partido fez com que o PCB deixasse de ser reconhecido como seção oficial da IC, sendo apenas ali admitido na condição de simpatizante, deixando que a questão de seu reconhecimento somente fosse discutida no V Congresso da IC.

No início de 1924, esteve no Brasil um delegado da IC, o argentino Rodolfo Ghioldi. O CEIC o enviara a fim de examinar a atuação do PCB, pois Canellas deixara uma imagem pouco auspiciosa do partido. Ao final de sua visita, Ghioldi concluíra que tudo não passara de um “mal-entendido” causado pela “infeliz atuação” de Canellas no IV Congresso, onde estiveram refletidas apenas suas opiniões, e não as do partido. Assim, estando o PCB orientado na linha da IC, ou seja, “organizado na base da centralização democrática, tendendo ao desenvolvimento de uma política de penetração nas massas operárias e não registrando divergência alguma com qualquer resolução do Comintern”, concluía-se que a resolução do CEIC carecia de razão de ser.

## Os primeiros passos

Neste meio tempo, em razão da eclosão da revolta “tenentista” de 5 de julho de 1922, quando o governo decretou Estado de sítio, o PCB teve sua sede invadida e fechada pela polícia, além da prisão de vários militantes e do confisco da sua documentação. Assim, o PCB foi posto na ilegalidade.

Mesmo nesta situação, e ainda na condição de simpatizante da IC, o PCB não perdeu tempo em trazer às terras brasileiras as políticas da Internacional Comunista. Quase um ano depois, no primeiro semestre de 1923, o PCB saiu lentamente da clandestinidade por meio da implantação de uma política de ação comum com a CSCB (Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira). Esta era uma central sindical situada no campo daquilo que ficou conhecido como sindicalismo “amarelo” ou conservador, atuando sob uma orientação nacionalista, na qual buscava afastar os trabalhadores da política ao rejeitar partidos e eleições e, mais importante, com muitos laços de proximidade com o governo brasileiro.

Em maio de 1923, Sarandy Raposo, o principal dirigente da CSCB, procurou o PCB para propor um acordo e oferecer-lhe espaço na coluna “No Meio Operário”, mantida desde fevereiro de 1923 pelos sindicalistas-cooperativistas no diário carioca *O Paiz*, considerado uma espécie de órgão oficioso do governo.<sup>15</sup> Não se sabe se o objetivo da proposta da CSCB era cooptar ou desmantelar o PCB, mas certamente o governo brasileiro não poderia ignorar o entendimento de Raposo com os comunistas.

Por outro lado, na oferta de atuação junto às bases da CSCB e a oportunidade de apresentar seus pontos de vista em um diário, pois até então sua frente de ação e debate circunscrevia-se praticamente aos meios anarquistas, estavam inseridas possibilidades de penetração e difusão das ideias comunistas em setores da classe operária brasileira aos quais, naquela ocasião, os militantes do PCB tinham pouco ou nenhum acesso.

Para tanto, do ponto de vista da política sustentada internacionalmente pela IC naquele momento, duas questões reforçaram a aproximação dos comunistas brasileiros com a CSCB: a frente única proletária e o cooperativismo.<sup>16</sup>

Mas, sem dúvida, o principal ponto era o da Frente Única Proletária. No caso brasileiro, o PCB, em seu relacionamento com a CSCB, adaptou a política de frente única às características nacionais. Evidentemente, tal adequação deixou de fora o principal objeto de foco da orientação da IC: a social-democracia. No Brasil, não havia nada que a ela se assemelhasse em termos de penetração, influência e tamanho. Enquanto o anarquismo ainda tinha uma significativa importância ideológica no meio sindical, embora sem efetivos na mesma proporção, o sindicalismo-cooperativista, por sua vez, era uma confusão ideológica que agrupava um número relevante de trabalhadores representados em suas entidades. No entanto, mesmo ressaltando não haver social-democracia à europeia no Brasil, o PCB, ao classificar a CSCB de “reformista”, de “social-pacifista” etc., acabava por gerar um discurso no qual a etiqueta “social-democrata” colava-se ao sindicalismo-cooperativista e, portanto, voltava-se à CSCB o foco da política da frente única.



Foi uma curta aliança. Não houve um rompimento ostensivo, pois ocorreu a decretação do Estado de sítio decorrente da nova revolta “tenentista” de 5 de julho de 1924. Em relatório enviado ao CEIC, o PCB deixou claro os problemas existentes. O PCB acabou se dando conta que os efetivos da CSCB eram muito menores que os anunciados e que as relações diretas com a “massa organizada” da CSCB eram filtradas por meio de Raposo, para não “revelar a fraqueza da CSCB”. Mas, sobretudo, o que estremeceu as relações foi o fato de os comunistas terem percebido as manobras de Raposo em suas relações com o governo de Arthur Bernardes.<sup>17</sup>

Por outro lado, é inegável que a possibilidade de difusão das ideias comunistas feitas pelas páginas de *O Paiz*, no qual se publicou uma enorme série de artigos, tanto de dirigentes nacionais como das instâncias superiores da IC, tornaram possível lançar as bases de um crescimento orgânico do PCB. Nomes como Minervino de Oliveira, Roberto Morena, e entidades sindicais, como as dos têxteis, dos marmoristas e outras, que mais tarde tiveram influência comunista em sua direção<sup>18</sup>, certamente encontraram nesta convivência na CSCB as bases de sua adesão ao comunismo.

## A conformação da SBIC

É com esta bagagem inicial que o PCB compareceu ao V Congresso de 1924 para ser formalmente admitido na Internacional Comunista. Neste congresso, conhecido como o da “bolchevização”, foram estabelecidas novas formas de organização para os PCs, “um processo burocrático, com o objetivo de suprimir toda dissensão relativa à linha majoritária, conduzindo ao enfraquecimento do regime de democracia interna no partido e ao empobrecimento do debate teórico tanto no Comitê Executivo da IC como nas seções nacionais”.<sup>19</sup> Na sua origem, a luta interna voltada contra Leon Trótski que se abriu dentro do partido russo desembocou na IC e em seu V Congresso através da consigna de “bolchevização”:

Ao condenar Trótski, os dirigentes russos proclamaram que não se tratava ele de um verdadeiro bolchevique e insistiram no bolchevismo do partido. O remédio para aqueles partidos que estivessem ameaçados de heresias e desvios era uma infusão de bolchevismo: deviam seguir o exemplo do partido russo e bolchevizar-se. A palavra havia feito sua aparição em um artigo publicado por Treint no órgão do partido francês [*Bulletin Communiste*. Paris, nº 13, 28/03/1924, p. 322, dk] em março de 1924. [...] No quinto congresso da Comintern, mais uma vez, foi Treint quem lançou a frase a propósito do que havia acontecido no partido russo. A partir deste momento praticamente todos

os oradores que queriam demonstrar sua hostilidade à direita e ao trotskismo falaram da bolchevização de seu partido.<sup>20</sup>

Este processo pode ser entendido como o da pré-stalinização.<sup>21</sup>

Acrescente-se que um pouco antes, logo depois da revolução abortada de 1923 na Alemanha, Stalin vai criar a justificação teórica para a sua política interna. Ele explicava a derrota como resultado da falta do apoio do campesinato ao proletariado alemão, diferentemente do que ocorrera na Rússia em 1917. Afirmava que o povo russo não deveria “ficar vegetando à espera da revolução mundial”, perspectiva que orientara até então o partido russo e a Internacional Comunista. Ou seja, para Stalin era perfeitamente possível que o socialismo fosse vitorioso em um só país, mesmo que o capitalismo sobrevivesse em países mais desenvolvidos. Era esta a teoria do “socialismo num só país”, que serviria para transformar o regime burocrático de Stalin em objeto das lutas dos trabalhadores e o qual seria necessário defender doravante planeta afora. Era a teoria que servia, de um lado, para justificar o desinteresse pela revolução mundial e, de outro, para combatê-la.<sup>22</sup>

Ficava claro que, além do ainda parco interesse pelos chamados países coloniais, inclusive os da América Latina, tais alterações na orientação internacional não foram pensadas para a realidade da luta de classes no Brasil, palco de atuação do novo PCB, e nem tampouco lhe causaram influências imediatas. Todavia, é importante assinalar que é precisamente neste momento em que o jovem partido era aceito formalmente no “exército da revolução mundial” e é essa perspectiva a partir da qual ele evoluirá, sem qualquer possibilidade de recuo ao passado de discussões e de democracia partidária interna experimentadas quando de sua criação em 1919.

Tal situação configurou um curioso quadro para o comunismo no Brasil. De um lado, longínquos e inatingíveis “modelos” (o Partido Comunista da União Soviética – PCUS e a IC), os quais não davam muita atenção ao que se passava naquele longínquo subcontinente, e, de outro, a tentativa de elaboração por parte do PCB de uma linha de ação enquadrada nos ditames de Moscou e compatível com a realidade brasileira. O resultado foi um partido com enormes dificuldades, quase sempre beirando a impossibilidade, para transformar-se em um partido de massas. No entanto, por não ser objeto de maior interesse por parte da direção da IC e do partido russo, o PCB pôde, durante alguns anos, desenvolver uma atuação relativamente autônoma, sobretudo no que se refere às tentativas de elaboração a partir da realidade nacional. Foi um período em que os comunistas brasileiros recebiam “conselhos” do CEIC e os “adaptavam” conforme o seu discernimento, não havendo, por parte da IC, em caso de “insucessos”, cobranças mais efetivas ou exigências de resultados por parte de Moscou.

Tal situação permitirá que o PCB possa desenvolver uma série de iniciativas importantes, bem como trazer ao Brasil uma série de ações e propostas em campos em que o movimento dos trabalhadores nunca havia buscado como caminhos de luta, sobretudo em razão da falta de uma tradição social-democrata em terras brasileiras.

## A ação parlamentar

Havia, na República brasileira, uma estreita porta para o exercício dos direitos políticos dos trabalhadores brasileiros: a Constituição. Seu artigo 70 somente permitia a participação nas eleições a brasileiros maiores de 21 anos, não se dando o direito de voto a mendigos, analfabetos, soldados e religiosos. Além disso, havia um artigo não escrito: mulheres não votavam. Aplicando-se tais restrições aos números do censo de 1920 (o mais próximo dos eventos aqui tratados), potencialmente apenas 11,66 % da população brasileira de 1920 teria direito de voto. Mais: as condições de alistamento criavam outros obstáculos, aos quais se somavam os processos de violência e coação sobre os eleitores. Este conjunto de fatores provocava uma redução ainda maior do universo de eleitores. É importante não esquecer que o voto e o alistamento eram facultativos. O resultado era de coeficientes que oscilaram, entre 1926 e 1930, de 3,4% a 6,5% da população que acabavam tendo o direito de decidir por todo o conjunto da população.

A partir de 1924, já no período final da sua aliança com a CSCB, o PCB buscava dar passos mais concretos ao seu efetivo processo de constituição como partido político da classe trabalhadora. O primeiro deles foi a busca de sua conformação como partido dos trabalhadores na arena política brasileira no campo da ação parlamentar, pois sua ilegalidade não o permitia atuar com feições próprias neste campo.

Além do absenteísmo eleitoral dos anarquistas, a participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros apenas havia ocorrido de forma distorcida. Apresentavam-se às eleições até então profissionais liberais que, por força de suas atividades, tinham um maior contato e vivência com as classes populares e, como candidatos avulsos ou pertencentes a efêmeros partidos “socialistas”, “populares” etc. Tais candidatos, por vezes eleitos, arvoravam-se em defensores dos trabalhadores e da ampliação dos direitos legais da classe operária, conseguindo, assim, obter o apoio de várias entidades representativas dos trabalhadores, mas que, na verdade, mais representavam a si próprios e o que imaginavam ser uma política social do que alguma doutrina ou instituição.

Agora se iniciava o estabelecimento de um partido que queria efetivamente atuar como representante da classe trabalhadora brasileira, coisa inédita na história do país.

Os primeiros passos são dados quando o PCB realizou o seu II Congresso no Rio de Janeiro, de 15 a 18 de maio de 1925, no qual se operou uma importante alteração nas tarefas políticas dos comunistas brasileiros. O partido buscou situar-se diante da pequena burguesia. Isto era resultado da avaliação de que o levante militar “tenentista” de 5 de julho de 1924 representava um movimento da pequena burguesia civil e militar contra o segmento político, vinculado à economia cafeeira, que detinha a hegemonia política no país, representando o “capitalismo agrário semifeudal”, o “agrarismo”. Além disso, como resultante da interpretação comunista de que a história política republicana do Brasil era uma constante luta entre o “agrarismo” e a burguesia representante do “capitalismo industrial moderno” – o “industrialismo”, com seu “surto progressista irrepresável” –, também se avaliava que a revolta de 1924 mostrava-se como um movimento da pequena burguesia “indiretamente em prol do industrialismo que luta pelo poder”.

Dentro de tal contexto, o II Congresso, sob a palavra de ordem “Conquistar as massas operárias à influência comunista”, definiu as tarefas políticas imediatas do partido: manter a luta ideológica contra anarquistas e socialistas; manobrar as forças proletárias como forças independentes; conquistar ou neutralizar a pequena burguesia; iniciar o trabalho entre as massas camponesas; e, finalmente, conectar este trabalho com o movimento revolucionário internacional, isto é, com a IC, e o combate ao imperialismo.

A visão político-econômica assentada pelo II Congresso foi vulgarizada através da obra de Octavio Brandão *Agrarismo e industrialismo*, publicada em 1926. O livro serviu para reiterar a esquemática análise do Brasil como palco do confronto interimperialista entre Estados Unidos e Inglaterra, e dele surgiu a teoria da “terceira revolta” e, juntamente com ela, a de revolução democrático-pequeno-burguesa.<sup>23</sup> Para formulá-la, Brandão examinou as revoltas militares “tenentistas” de 1922 e 1924 (isto é, a primeira e a segunda revoltas). Os “tenentes” continuavam a ser apresentados como “essencialmente pequeno-burgueses”, vinculados à burguesia industrial e apoiados pelo imperialismo norte-americano, como os definiu o II Congresso do PCB. Para reforçar tal visão, Brandão afirmou que, na sua primeira tentativa, em 1922, de “destruição dos elementos feudais do país”, eles fracassaram em razão de sua inexperiência política e do desconhecimento dos “segredos da insurreição armada”. Dito de outro modo, na visão de *Agrarismo e industrialismo* o erro dos “tenentes” foi não terem feito uma insurreição bolchevique, a qual somente poderia ser feita pelo PCB, obviamente.

Daqui transparece a proposta de aliança, de uma frente única, com a pequena burguesia, para impulsionar a revolução, a qual, concretizada, seria a revolução burguesa. Cumprida esta etapa, a ela se seguiria a revolução proletária, com o PCB à frente.

Com as diretivas do seu II Congresso em mente, o PCB teve à sua frente duas eleições municipais: em Santos e no Rio de Janeiro.

Na capital do país, os comunistas, no início de 1926, depois de anunciarem, em setembro de 1925, que não iriam tomar parte nas eleições para intendente (vereador), foram procurados por “pequenos burgueses liberais que desejavam incluir um candidato operário em sua lista” para as eleições marcadas para 1º de março de 1926. Valendo-se de um pretexto relativo às regras eleitorais, os comunistas avaliaram que o partido não deveria aparecer no pleito enquanto tal. Preferiram esboçar uma tateante aliança com a “pequena burguesia liberal” ao deixar o responsável sindical na CCE do PCB, Joaquim Barboza de Souza, ter seu nome inscrito, “a título pessoal”, entre os membros da chapa “liberal”.<sup>24</sup> A votação de Barboza foi pífia. Desse episódio o único fato a ser retido foi a primeira plataforma eleitoral apresentada pelos comunistas brasileiros em nome do Bloco Operário.<sup>25</sup> É um texto curto, de apenas nove pontos, cujos primeiros tópicos eram uma espécie de enunciado genérico de princípios, que enfocavam a necessidade de o Bloco Operário estar a serviço da luta do proletariado e de contribuir para o desenvolvimento de sua consciência de classe; de exercer uma política independente de classe; de os seus representantes serem integrantes de um “comitê de controle” sobre os políticos burgueses. A estes se seguiam pontos mais específicos, embora ainda abordados de maneira genérica, como a política fiscal, definida pelo princípio “só os ricos devem pagar impostos”; a disponibilidade dos serviços públicos para a maioria da população; bem como as questões da habitação, da saúde, assistência social e educação; além da enunciação da defesa dos interesses dos “operários agrícolas e pequenos lavradores”.<sup>26</sup>

A primeira participação eleitoral comunista acabou ocorrendo em Santos. Cidade portuária do litoral paulista e principal escoadouro da produção cafeeira do país, Santos era o segundo município mais populoso do estado de São Paulo. Os comunistas de Santos criaram uma legenda, a Coligação Operária, formada por entidades sindicais e filiados individuais, através da qual os comunistas, pela primeira vez no Brasil, puderam apresentar publicamente suas ideias e propostas. A Coligação Operária, para evitar a dispersão de votos, decidiu lançar apenas um candidato às eleições de novembro de 1925: o garçom João Freire de Oliveira.

O programa da Coligação Operária continha quarenta pontos, divididos em segmentos relativos à atuação política, defesa do trabalho, carestia da vida e administração pública.

Cotejando o programa do Bloco Operário de setembro de 1925 com o da Coligação Operária, constata-se a existência de vários pontos em comum, inclusive a utilização das mesmas expressões. Apesar da maior extensão da

plataforma santista, pois nesta vários pontos foram detalhados e/ou adaptados para a realidade de Santos, é fácil de notar que as linhas gerais de ambas são coincidentes.

O programa da Coligação Operária reunia significativa parte de reivindicações de caráter sindical levantadas pelas entidades que o subscreviam. Neste ponto também tinha seu peso o fato de a estrutura orgânica do PCB, via células de empresa, enfatizar a militância dentro dos sindicatos e do mundo do trabalho.

Na parte designada como “Atuação política”, estavam reunidas as concepções de ordem geral que orientavam a atuação da Coligação Operária: defesa dos interesses dos trabalhadores urbanos e rurais, apoio às suas lutas e reivindicações, defesa das liberdades políticas dos trabalhadores (associação, reunião, pensamento e palavra), estímulo ao exercício dos chamados “direitos políticos de classe” e a transformação da Coligação Operária, por meio de seus representantes eleitos na Câmara Municipal, em “um verdadeiro e severo comitê de controle sobre a política e os políticos ricos”.

Já no segmento intitulado “A defesa do trabalho”, estava listada uma dúzia de itens que vão desde questões mais abrangentes – que, a rigor, tinham sua competência tanto de regulamentação como de fiscalização do Governo Federal –, como a fiscalização da lei de acidentes do trabalho e da lei previdenciária dos ferroviários, até pontos específicos, como uso de capotas nas boleias dos veículos de tração animal ou proibição do sistema de mistura de café nos armazéns, passando por reivindicações amplamente disseminadas dentro do movimento operário de então, como a jornada de 8 horas e proibição de trabalho de menores. Tais reivindicações, que eram levantadas pelos principais segmentos organizados dos trabalhadores de Santos<sup>27</sup>, traziam a concepção da intervenção do Estado nas relações entre patrões e empregados, que, naquela época, eram em geral reguladas pelos padrões liberais, os quais não admitiam a presença do Estado neste campo.

O tópico “Carestia da vida” agrupava medidas que tratavam do controle de preços de gêneros de primeira necessidade, criação de cooperativas, tarifas de transporte e habitação. E, por fim, como os serviços públicos (água, luz, transporte, telefonia) eram privatizados por empresas estrangeiras, a Coligação Operária propunha sua nacionalização.

O último grupo de propostas da plataforma da Coligação Operária, “Administração Pública”, trazia questões relativas à educação – abrangendo apenas o ensino básico e o ensino técnico –, higiene pública e assistência social, funcionalismo público – tópico no qual propunha, entre outros, a nomeação por meio de concurso público, o que, na prática, significaria o fim do empreguismo e de um dos mais poderosos sustentáculos das máquinas elei-

torais – e agrupava um elenco de propostas voltadas a “combater a corrente de depravação moral, pública e privada, que campeia livremente”. Por fim, neste mesmo bloco, como último ponto da plataforma, aparece a palavra de ordem do voto secreto. A forma como esta questão foi colocada, em um contexto de “generalidades”, quando deveria ter sido colocado junto às questões das liberdades políticas do capítulo “Atuação Política”, cria a convicção de que sua inclusão no documento tenha sido muito mais uma concessão de última hora – também em atenção à decisão do II Congresso do PCB referente à pequena burguesia – a um tema muito discutido e caro às camadas médias de então que uma convicção por parte da Coligação Operária.<sup>28</sup>

Era uma plataforma dirigida para amplos setores populares, que, embora tivesse seu foco em Santos, sintetizava um grande número de reivindicações históricas do movimento operário brasileiro. Embora muitas delas sejam reivindicações de longa data, é importante destacar o que é absolutamente novo: o seu lugar. Estas reivindicações foram colocadas na arena política e deixaram o exclusivo mundo do trabalho e o espaço sindical, ocupando um novo campo de ação, que passava a ser utilizado pelos trabalhadores brasileiros, em um combate que partia do econômico e o transcendia, indo até à busca de direitos sociais e políticos, à luz do dia, deixando a penumbra da clandestinidade. Muitos deles, no entanto, ainda estavam limitados àqueles que podiam ser apenas vislumbrados pelo prisma do mundo do trabalho, não alcançando, porém, neste momento, questões como a feminina ou do voto do analfabeto. E estes foram os méritos desta experiência, mais que o pioneirismo da iniciativa e o fraco resultado eleitoral<sup>29</sup>, pois Freire não foi eleito.

Em 1926 o PCB iniciou os preparativos para a comemoração do 1º de Maio, lançando um extenso documento, um “verdadeiro programa de reivindicações imediatas”, datado de 18 de março, no qual eram formuladas reivindicações e palavras de ordem a serem difundidas entre os trabalhadores.<sup>30</sup> Embora destinado para o 1º de Maio, e apesar de sua forma de catálogo de reivindicações e palavras de ordem (com cento e quinze pontos) distribuídas ao longo de vários tópicos – reivindicações internacionais (11 itens) e nacionais, sendo que estas se dividiam em gerais (17) e particulares, as quais, por sua vez, se subdividiam em reivindicações dos campos (18) e das cidades (69) –, acabava este documento transformando-se em uma plataforma política nacional do PCB, a qual, atendendo à orientação da CCE, deveria ser adaptada às realidades locais.

O primeiro bloco de reivindicações é o referente a questões internacionais e ele agrupou basicamente palavras de ordem que naquele momento também eram defendidas pela IC: defesa da União Soviética (URSS), defesa da China, independência dos povos coloniais, ataques contra a II Internacional e

a política da Sociedade das Nações etc. Afora o item da defesa da URSS, esta foi a única vez que um programa comunista apresentou um segmento programático destinado a reivindicações internacionais.

Outro ponto de distinção deste programa em relação às plataformas anteriores foi o da introdução de reivindicações específicas referentes ao campo. No entanto, nas poucas reivindicações levantadas no programa – que correspondiam em torno de um quarto em relação às apresentadas para os trabalhadores urbanos – a obviedade e a ausência de especificidade denunciam a falta de familiaridade com o tema. Finalmente, cumpre chamar a atenção para a ausência de menção à questão da reforma agrária neste programa.

Nos segmentos referentes às reivindicações nacionais de caráter geral – as quais, aliás, refletem mais um ponto de vista urbano – e nas reivindicações particulares referentes às cidades, nos deparamos com temas, alguns desenvolvidos de forma mais detalhada, já existentes nos programas de 1925 do Bloco Operário e da Coligação Operária de Santos, como habitação operária, jornada de trabalho, aplicação da legislação operária, cooperativas e ensino. Em ambos há um grupo de questões que anteriormente haviam sido tratadas como “direitos políticos de classe” e que no programa de 1926 são identificadas como reivindicações “políticas”. Há, nestas últimas, uma considerável ampliação e aprofundamento no conjunto deste tipo de reivindicações. Persiste, de modo subjacente, uma visão de que tais questões são mais pensadas em referência ao mundo do trabalho. No entanto, é inegável que palavras de ordem como restabelecimento das liberdades constitucionais, voto secreto e obrigatório, direito de voto aos soldados e às mulheres – sendo estas duas últimas pela primeira vez expressas em uma plataforma comunista brasileira –, facilidade do alistamento eleitoral, direito de reunião e revogação de todas as leis de exceção têm uma amplitude social muito maior e muitas delas faziam parte de plataformas políticas de diversos grupos de oposição ao regime, como os “tenentes”, diversos partidos políticos etc. Isto revela, de um lado, certo esforço no sentido da aproximação com setores da pequena burguesia urbana que integrava estes grupos e, de outro, embora isto não fosse então pensado absolutamente desta forma, a busca da ampliação do exercício da cidadania por parte das classes trabalhadoras.

Em julho de 1926, o CEIC, por meio de Palmiro Togliatti, dava ao PCB diretivas e sugestões sobre alguns pontos. Considerando justas, “em suas linhas fundamentais”, as resoluções do II Congresso do PCB, Togliatti reconhecia que a luta entre os agrários, que estavam no poder, sustentados pela Inglaterra, e a burguesia industrial, apoiada pelos Estados Unidos e então excluída do poder, estava na base da vida política do Brasil, determinando seus principais eventos. Se isto ficara compreendido no II Congresso, os comunis-



tas brasileiros, no entanto, deveriam ir além das diretivas genéricas ali apontadas, como Togliatti percebera no documento “Para o 1º de Maio de 1926. Reivindicações e palavras de ordem”, onde ele notara que ficara reconhecida, por parte dos comunistas brasileiros, a importância de possuir um programa de reivindicações políticas e econômicas imediatas, mas que o CEIC estimava necessário insistir neste ponto. Caberia ao PCB definir as palavras de ordem políticas pelas quais ele lutava e os objetivos a serem atingidos pelos quais ele chamava as massas a lutar ao seu lado. Togliatti afirmava que existiam naquele momento muitos grupos de oposição se formando na luta contra o governo. Para deles se distinguir, era necessário ir além das reivindicações políticas gerais de luta (contra o feudalismo, contra o Estado de sítio, contra o clericalismo, por exemplo). Era preciso, fundamentalmente, ligar as reivindicações políticas gerais com as demandas que eram próprias à classe operária e aos camponeses, com palavras de ordem tiradas das suas lutas cotidianas e na defesa de seus interesses.<sup>31</sup> Togliatti insistia na importância do estreitamento do trabalho do PCB com os sindicatos, com vistas à formação de uma central sindical nacional, e os camponeses. Além disso, enfatizava a importância de ter um jornal de massas e construir uma organização de juventude, bem como, considerando como justo o que se decidira no II Congresso, “fazer um grande esforço para neutralizar em parte e em parte para conquistar e guiar a pequena burguesia”. Certamente Togliatti fazia tais observações por julgar que os comunistas brasileiros deixavam transparecer nas resoluções do II Congresso do PCB uma visão de que ao partido, como portador da “verdade operária” e titular dessa “reserva de domínio”, não era necessário exercê-las de modo contínuo e permanente diante da sociedade, bastavam apenas as críticas ao governo feitas por intermédio da sua imprensa. Além disso, o comunista italiano, apesar de ter ciência da apresentação de um programa que coincidia com o que propunha, fez questão de reiterar a importância do tema, talvez por temor de que o programa dos comunistas brasileiros, lançado para o 1º de Maio, acabasse esquecido logo depois da data comemorativa.<sup>32</sup>

A transição dos governos Arthur Bernardes e Washington Luís trouxe algumas expectativas ligadas à distensão da conjuntura. A maior delas, que acabou se verificando, foi o fim do Estado de sítio, sob o qual o país vivera praticamente durante todo o quadriênio presidencial de Bernardes. A outra, a anistia aos opositores e aos militares rebeldes “tenentistas”, acabou não ocorrendo. Ambas refletiam o grande desgaste causado ao regime republicano pelos quatro anos de governo de Bernardes, mas sempre é importante recordar que o nome escolhido para sucedê-lo pronunciara a frase “A questão social é um caso de polícia”.

De qualquer modo, nos primeiros momentos do novo governo, os comunistas brasileiros tiveram como meta, naquele instante, ao mesmo tempo

em que defendiam a teoria da “terceira revolta” e levavam em conta os conselhos dados por Togliatti, a participação política nos marcos da legalidade burguesa por meio da via parlamentar. Na verdade, isto também serve para dimensionar uma evolução na postura do PCB, que começava a compreender a necessidade de, como partido que almejava ser uma referência de massas, possuir várias frentes de atuação, funcionando de maneira coordenada e subordinadas ao seu objetivo maior: a conquista do poder.

A construção da via parlamentar, através da constituição do Bloco Operário, foi preparada antes do final do Estado de sítio. Nesse sentido, os comunistas fizeram neste período contatos preliminares com algumas personalidades políticas do Distrito Federal e organizações do mundo operário. Além disso, conseguiram inesperada oferta de um diário, *A Nação*, para tornar-se seu órgão de massas.

Em tais negociações evidenciava-se a existência de um “formato” de atuação para as eleições: tendo se obtido o apoio de um nome reconhecidamente popular e com eleição praticamente garantida em um distrito eleitoral da cidade do Rio de Janeiro, este serviria para tentar auxiliar um candidato comunista no outro distrito o obter o número de votos necessários para sua eleição. Os comunistas acabaram se fixando no nome do deputado federal pelo Distrito Federal João Batista de Azevedo Lima, que há tempos manifestara simpatias pelo comunismo e tivera uma atuação de oposição a Bernardes e apoio aos “tenentistas”. Ao findar-se o Estado de sítio, em 31 de dezembro de 1926, o PCB já tinha articulada sua estrutura básica para participar das eleições no Distrito Federal.

Assim, no dia 3 de janeiro de 1927 aparece o primeiro número de *A Nação*. No cabeçalho do jornal, do lado esquerdo do título, havia o símbolo comunista da foice e do martelo, ao qual era sobreposto o dístico do *Manifesto Comunista*, “Proletários de todos os países, uni-vos!”, encimava-o um trecho do hino “A Internacional”, “Não há direitos para o pobre, ao rico tudo é permitido” e do lado direito havia uma frase de um expoente do socialismo internacional, que era diariamente renovada. Inicialmente publicado com seis páginas, no formato *standard*, que foram reduzidas a quatro a partir de 16 de fevereiro, era, como não poderia deixar de ser, um jornal predominantemente político, com artigos sobre questões locais, regionais, sindicais, nacionais ou internacionais. Eram os comunistas atuando legalmente no Brasil pela primeira vez.

No dia 5 de janeiro de 1927 a primeira página de *A Nação* trazia uma carta aberta do PCB a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político dos Operários do Distrito Federal, ao Centro Político dos Choferes, ao Partido Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói.

A Carta Aberta iniciava-se com um exame da conjuntura política relativa às eleições, afirmando que o “proletariado e as classes laboriosas em geral” de todo o Brasil tem manifestado vivo interesse por elas, ocorrendo, pela primeira vez, a possibilidade de sua intervenção direta e independente nesse processo. Ressalvando as experiências de Santos, em 1925, e a de Joaquim Barboza, em 1926, o PCB afirmava que “jamais o eleitorado operário do Brasil participou de uma campanha eleitoral nacional como força própria, como classe independente, apresentando um programa de reivindicações ditadas por seus interesses e aspirações de classe”. Até então, os “operários eleitores” votavam em candidatos da burguesia, de um lado, pressionados pelos patrões e, de outro, em razão da sua desorganização partidária. Mas as coisas estariam mudando, pelo fato de os comunistas julgarem que o proletariado brasileiro “já vai adquirindo uma consciência de classe” que já se refletia e projetava no terreno eleitoral. Esta “consciência de classe” lhe ditava a necessidade de votar em “autênticos representantes seus ao parlamento nacional”. Neste ponto, operava-se importante modificação com respeito às experiências eleitorais anteriores dos comunistas, como resultado das transformações que vinham acontecendo desde o II Congresso do PCB nas suas relações com a pequena burguesia. Não se falava mais aqui em candidato operário genuíno e puro, como nas eleições anteriores, mas sim em “candidatos que representam realmente seus interesses de classe independente”, o que justificava a abertura de diálogo da Carta Aberta com Azevedo Lima e outros interlocutores a quem o documento era dirigido, perfilando-se, assim, com as novas concepções dos comunistas em relação com a pequena burguesia.

Era na condição de representante da classe operária que o PCB se dirigia aos seus interlocutores, que representavam grupos de pessoas ou de entidades que se apresentavam como defensores dos trabalhadores no campo político.

Quanto à plataforma em si, ela foi, em linhas gerais, uma consolidação dos programas apresentados pela Coligação Operária de Santos, pelo Bloco Operário, em 1925, e o do PCB, apresentado para o 1º de maio de 1926. O programa da Carta Aberta possuía um melhor detalhamento de palavras de ordem anteriormente existentes.

Na plataforma do Bloco Operário de 1927, há uma retomada da noção, expressa no programa da Coligação Operária, de direitos políticos de classe; ocorre, no campo do exercício destes direitos, uma ênfase no controle, por parte de seus eleitores, dos mandatos dos eleitos pelo Bloco Operário; esta relação, por sua vez, é transposta para outro nível: os eleitos pelo Bloco Operário seriam, por seu turno, um “comitê de controle” sobre os políticos burgueses, como assinalado nos programas de 1925; o programa de 1926 contribuiu aqui com a questão do reconhecimento da URSS, do combate às leis de exceção

e do anti-imperialismo, recuperando a reivindicação existente no programa santista da nacionalização de empresas estrangeiras, porém, limitada, na plataforma de 1927, aos setores estratégicos de estradas de ferro, minas e usinas de energia elétrica, bem como da revisão dos contratos das concessões de serviços públicos executados por empresas estrangeiras; o programa de 1925 do Bloco Operário tem recobrada sua palavra de ordem de “só os ricos devem pagar impostos”.

A questão do voto secreto e obrigatório, tão cara à oposição ao Governo, é colocada da mesma forma que no programa de 1926, acrescida da observação de quais eram seus limites para os comunistas: ele não era uma “panaceia universal capaz de curar todos os males da democracia, nem tampouco um fim em si mesmo”, como a apresentavam de modo geral os demais setores de oposição ao governo, mas sim um meio de ampliar a cidadania dos trabalhadores. Também é mantida a proposta de direito de voto extensivo às mulheres<sup>33</sup> e aos soldados, bem como aos operários estrangeiros com residência definitiva no país, que são reivindicações sobre as quais os partidos de oposição, como o Partido Democrático, preferiam silenciar, em razão de sua postura elitista de considerar o povo sem preparo para o exercício da democracia.<sup>34</sup> Por isso, juntou-se a esta reivindicação, a proposta, também já apresentada em 1926, de simplificação no processo de alistamento eleitoral e, pela primeira vez, a substituição do sistema de representação majoritário nos corpos eleitorais pelo proporcional, proposta esta que, na opinião dos comunistas, teria como resultado a criação de verdadeiros partidos políticos no Brasil, pois permitiria que correntes de opinião distintas dos partidos republicanos pudessem ter representação política nas casas legislativas.

Além disso, as questões referentes à chamada legislação social e ao trabalho existentes nas plataformas anteriores são retomadas e mais bem consolidadas e detalhadas, bem como as referentes à habitação e ao ensino e educação.

Dos treze pontos em que o programa do Bloco Operário foi dividido, três deles surgem aqui formulados pela primeira vez. O primeiro destes novos pontos, a anistia aos presos políticos, que fundamentalmente se dirigia aos revoltosos de 1922 e 1924, já era então uma questão corrente na sociedade e que capitalizava setores da pequena burguesia, aos quais o PCB pretendia aliar-se, como resultado da política do seu II Congresso, e já se percebia, naquele momento, a tendência de o governo Washington Luís manter-se leal ao governo anterior nesta questão e não enfrentar as resistências do Exército à reintegração dos rebeldes. Já o segundo novo ponto, que tratava da questão específica da autonomia do Distrito Federal, o qual tinha seu prefeito nomeado pelo presidente da República e seus atos legais revisados pelo Senado federal, era uma questão muito debatida e que possuía ampla adesão nos mesmos setores que

levantavam a questão da anistia. Por fim o terceiro e último ponto era o que tratava da questão da reforma monetária, pela qual o presidente Washington Luís pretendia fazer da estabilidade cambial e de preços a principal medida econômica de seu governo. Destaque-se que – além de ser inspirada em modelo francês –, como usualmente ocorre nestes casos, teve efeitos perversos sobre a população brasileira, especialmente encarecimento do custo de vida e redução de salários, o que, obviamente, não poderia deixar de se refletir nesta plataforma política.

Passado o prazo estipulado na Carta Aberta, apenas três dos seus interlocutores responderam positivamente: Azevedo Lima, o Centro Político Proletário da Gávea, e o Centro Político Proletário de Niterói. Assim, definidos os integrantes do Bloco Operário, este anunciou no dia 16 de janeiro a candidatura que apresentaria no 1º Distrito: o gráfico comunista João Jorge da Costa Pimenta, fundador do partido.

Nas eleições de 24 de fevereiro de 1927, as votações que elegeram Azevedo Lima (11.502 votos) e mesmo não elegendo João da Costa Pimenta (1.965 votos) para o Bloco Operário atestavam uma vitória “indiscutível, indisfarçável, patente”.<sup>35</sup>

A partir de maio de 1927, iniciou-se um recrudescimento da conjuntura política do Brasil. Como observou Carone, Washington Luís alternava concessões liberais com repressão sistemática<sup>36</sup>, o que provocou um crescente descontentamento e conduziu seu governo a aprovar aquela medida repressiva pela qual o seu governo viria a ser conhecido na história do Brasil: a “Lei Celerada”. Por seu intermédio se permitia ao governo fechar entidades que praticassem “atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas e, quer operem no estrangeiro, quer no país, vedar-lhes a propaganda impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham”, o que era uma alusão clara aos comunistas. No dia 11 de agosto, véspera da sanção da “Lei Celerada”, através de um manifesto, o PCB encerrou a publicação de *A Nação*: “Seria quixotada completamente inócua esperar que a polícia venha fechar-nos as portas, violentamente. Preferimos nós mesmos fechá-las – na cara da polícia”.<sup>37</sup> Frente a uma “mal disfarçada ditadura burguesa”, os comunistas optaram pelo retorno à clandestinidade.

Os comunistas brasileiros, no entanto, ao tomarem este caminho buscaram manter abertas as portas com a classe trabalhadora. Assim, mantiveram o Bloco Operário em atuação e, para evitar os males do “sectarismo”, definiu-se a opção de entrar em contato político com a Coluna Prestes. Enfim, era do aprofundamento da aliança com a pequena burguesia que se tratava.

Em novembro de 1927, houve uma mudança estatutária, tendo o Bloco Operário seu nome modificado para Bloco Operário e Camponês (BOC), bem

como se definira que doravante o Bloco seria formado apenas por “centros, comitês e agrupações políticas de proletários e camponeses”, não existindo, portanto, adesões individuais, devendo assim todo membro do Bloco estar ligado a um desses organismos. Foi acrescentada a figura decorativa do presidente, cuja função foi ocupada por Azevedo Lima, submetida, na prática, à centralizadora personagem do primeiro secretário, equivalente à do poderoso secretário geral dos partidos comunistas.

A “Lei Celerada” fez com que os posicionamentos do PCB tivessem sua expressão pública realizada via Bloco. Com isso, efetuava-se a possibilidade de realizar comícios, debates etc.; fazendo-se uso do nome do BOC e da presença de seu deputado Azevedo Lima, bem como o trabalho de alistamento dos eleitores – o que significava, também, a possibilidade de obterem-se novos militantes ao PCB –, permitia-se um amplo espectro de oportunidades de ação. Octavio Brandão, em depoimento posterior, salientou como os comunistas usaram o BOC como cobertura para suas ações.<sup>38</sup>

Além de um forte crescimento no eixo Rio/São Paulo, apareceram também vários organismos filiados ao Bloco, majoritariamente, até março de 1928, no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, além de alguns outros no Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Pernambuco. Cumpre destacar que um deles, surgido em 22 de julho de 1928, na sede da Associação dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica do Rio de Janeiro, tinha um recorte de gênero: era o Comitê Eleitoral das Mulheres Trabalhadoras. De acordo com Octavio Brandão, era a primeira vez no Brasil que mulheres trabalhadoras “fizeram discursos aos operários, chamando-os à organização e à luta”. Tais discursos, na verdade, eram preparados pelos dirigentes comunistas e lidos pelas mulheres diante dos operários. Embora no início houvesse alguma resistência, elas acabaram se impondo. O Comitê tinha entre seus objetivos, além de atuar nas campanhas eleitorais, lutar pela conquista do voto feminino e “colocar no Conselho Municipal, na Câmara e no Senado, mulheres pobres que saibam defender os interesses das mulheres trabalhadoras de todo o Brasil”.<sup>39</sup>

Esta intensa mobilização permitiu com que nas eleições para intendentes (cargo equivalente hoje a vereador) de 28 de outubro de 1928, mais uma vez no Distrito Federal, o BOC elege-se, com uma intensa e mobilizada campanha e com o mesmo programa de 1927, dois candidatos. Desta vez, no entanto, havia uma peculiaridade: ambos eram militantes do PCB – Octavio Brandão (com 7.650 votos) e Minervino de Oliveira (com 8.082 votos).

Neste momento, quando atinge esta importante conquista em sua trajetória, o jovem e inexperiente partido comunista passou a sofrer duras adversidades das quais não conseguirá se recuperar a não ser muitos anos mais tarde. Elas surgirão fundamentalmente de duas vertentes. Da frente interna,

que já se iniciara com a aprovação da “Lei Celerada”, com o recrudescimento da repressão governamental aos comunistas. Da frente externa, com o processo de esquerdização do movimento comunista internacional, redundando no isolamento dos comunistas brasileiros no seio do movimento operário.

## Perdendo-se no Terceiro Período

No VI Congresso da Internacional Comunista, realizado entre 17 de julho e 1º de setembro de 1928, assentou-se a hegemonia de Stalin e seu grupo sobre a Internacional Comunista. Além disso, este congresso marcou um giro esquerdista nas orientações da Internacional Comunista. O VI Congresso passara a enxergar uma “radicalização das massas”, a qual estaria materializada nas crescentes greves, enfrentamentos com a polícia e nos aparecimentos, nestas mobilizações, de palavras de ordem políticas ao lado de reivindicações econômicas, bem como num agravamento nas contradições capitalistas, as quais supostamente o conduziriam à ruína. O VI Congresso ali introduziu as políticas conhecidas como “classe contra classe”<sup>40</sup> e do “Terceiro Período”.<sup>41</sup> Em termos práticos, estas novas orientações significaram a morte da política de frente única.

Como afirmou Paulo de Lacerda, membro da delegação brasileira ao VI Congresso, a América Latina foi pela primeira vez objeto de interesse específico por parte dos comunistas de todo o mundo. No informe sobre a América Latina realizado no VI Congresso da IC, o suíço Jules Humbert-Droz<sup>42</sup> afirmou que era necessário que os partidos comunistas se ligassem de forma permanente às organizações operárias e camponesas de massa e à massa da pequena burguesia revolucionária para a luta revolucionária, por meio da constituição de um bloco que agrupasse as organizações operárias e camponesas. Nelas “o partido comunista exercerá sua influência, sua direção, verdadeiramente, e na qual o partido comunista, por meio de suas frações, terá em mãos seriamente a cada uma das organizações aderentes”. Já com respeito à pequena burguesia, se faria apenas uma frente única ocasional, para evitar a penetração de sua influência entre as fileiras comunistas. Os delegados brasileiros presentes ao VI Congresso da IC, apesar de algumas ressalvas feitas por Humbert-Droz, acabaram enxergando no informe do suíço uma aprovação da política conduzida pelo PCB.<sup>43</sup>

Realizado logo depois do congresso da IC, de 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929, em Niterói, ocorreu o III Congresso do PCB, o qual manteve, em linhas gerais, a visão política do conclave anterior. As resoluções do III Congresso afirmavam que no período decorrido até ali se comprovaram as teses de 1925, tendo-se acentuado o processo de reagrupa-

mento das forças sociais, no qual ocorreram, de um lado, a consolidação de uma aliança entre as burguesias agrária e industrial, ambas submetendo-se ao imperialismo, e, de outro – já incorporado o bordão do VI Congresso da IC –, a “radicalização das massas laboriosas”, abarcando os setores mais pobres da pequena burguesia. O III Congresso incorporou a teoria da terceira revolta, à qual corresponderiam os combates da Coluna Prestes ocorridos em 1925 e 1926, com a nuance de que a Coluna teria tomado um “sentido cada vez mais popular” em decorrência da tendência de um agrupamento mais estreito entre a pequena burguesia e a massa trabalhadora que se fazia “em geral contra a burguesia agrária e industrial”. Este “agrupamento mais estreito” alude obviamente à política de aproximação do PCB entabulada com a Coluna Prestes.

O que é relevante mencionar aqui é que estas conclusões mostravam que o PCB – ao fazer da condicionante “imperialismo ‘x’ ou ‘y’ determina as ações da facção ‘a’ ou ‘b’ da burguesia nacional” a base de suas diretivas – perdia a capacidade de tentar compreender a disputa que se desenhava entre as facções da burguesia nacional, o papel das articulações empreendidas pelos “tenentes” e os humores da pequena burguesia, cujo resultado, como sabemos, apontou em caminho oposto ao indicado pelos comunistas.

Na resolução especificamente dedicada ao BOC, sua orientação até ali fora considerada “justa”, manifestando-se confiança em suas possibilidades de tornar-se uma “grande organização política das mais vastas massas operárias e camponesas”. Alertava, no entanto, para dois perigos. O primeiro, reproduzindo um alerta já assinalado por Humbert-Droz durante o VI Congresso da IC<sup>44</sup>, era o da “degenerescência eleitoral” e de sua transformação em massa de manobra de políticos da pequena burguesia, atrelando, deste modo, o proletariado a eles. Era uma evidente alusão a Azevedo Lima, com quem se iniciara um processo de ruptura naquele momento. O outro perigo era o da adaptação da linha do PCB ao conteúdo político do BOC, o que deveria ser evitado com o partido mantendo sua fisionomia própria e não se fundindo nem desaparecendo dentro do BOC.

Foi a partir dessas resoluções que os comunistas começaram a pensar em atuar na política brasileira e a orientar suas ações e as do BOC no processo de sucessão presidencial que se desencadeou no ano de 1929.

No processo de centralização e controle exercido pela facção de Stalin sobre a Internacional Comunista, a realização da Primeira Conferência Comunista Latino-Americana, de 1º a 12 de junho de 1929 em Buenos Aires, teve um importante papel. Ela serviu para homogeneizar as novas orientações políticas resultantes do VI Congresso da IC, como afirmou Caballero.<sup>45</sup> As orientações esquerdistas da IC foram implantadas, na América Latina, com a



vinda de “assistentes” trazidos de Moscou e que “dirigem o trabalho cotidiano a golpes de ‘cartas abertas’ e de *diktats*”<sup>46</sup> e que ao longo dos anos 1930 redundaram, no caso brasileiro, no afastamento de praticamente toda a direção que havia fundado o partido, além de uma orientação extremamente sectária.

Embora o arcabouço da mudança esquerdista tenha se constituído no VI Congresso, foi no 10º Pleno do seu Comitê Executivo, ocorrido de 3 a 19 de julho de 1929, que a IC, no dizer de Pierre Broué, “entrou com os dois pés nas loucuras do terceiro período”.<sup>47</sup> Neste pleno, foi ratificada a decisão do PCUS de afastamento do Bukharin de todas as suas funções da IC. Esta reunião marcou a proeminência definitiva de Stalin tanto no PCUS como na Internacional Comunista. Anunciavam-se também em suas resoluções, além do desenvolvimento de um novo surto revolucionário nos principais países capitalistas, “grandes revoluções anti-imperialistas nos países coloniais”.<sup>48</sup>

No 10º Pleno do CEIC

[...] o “terceiro período” foi redefinido para indicar o fim da estabilização capitalista, o recrudescimento da militância proletária e a certeza de que surgiriam contextos revolucionários no Ocidente. Como principal inimigo, foram apontados os partidos socialistas – ou melhor, os reformistas em geral – considerados inapelavelmente “fascistas”. O expurgo dos moderados do Comintern assumiu proporções mais amplas, e os partidos comunistas estrangeiros foram instruídos a romper todos os laços com os movimentos social-democratas, denunciar-lhes o caráter de “social-fascismo”, e criar sindicatos que se opusessem a eles – em suma, cindir o movimento operário europeu. Desse modo começou a malfadada trajetória do Comintern para o extremismo.<sup>49</sup>

Além da consagração do combate ao “social-fascismo”, o 10º Pleno ressaltou “que o desvio de direita constitui atualmente o principal perigo no Partido Comunista”. Este desvio, considerado como “o agente da influência burguesa na classe operária e das tendências social-democratas no movimento comunista”, manifestava-se através da atenuação da luta contra a social-democracia, pela superestimação das forças desta e, como consequência, pela subestimação do papel dos partidos comunistas. No documento final do 10º Pleno, também era apontada a importância da questão para os partidos comunistas dos chamados “países coloniais”:

A luta reforçada contra os desvios de direita é necessária também nos partidos comunistas dos países coloniais, onde os elementos oportunistas são os veículos da influência burguesa e pequeno-burguesa no proletariado e entram sua luta independente.<sup>50</sup>

Com a realização do 10º Pleno do CEIC consolidou-se completamente o controle do aparelho da IC pela introdução de novos militantes os quais pertenciam a uma nova geração de militantes, que assim são caracterizados:

Trata-se de introduzir homens novos. A experiência demonstrou que os homens que já haviam lutado contra a burocracia social-democrata ou sindical tinham reservas de energia, uma experiência, que lhes permitiam compreender e aguentar quando o aparato procurava fazer com que eles se alinhassem ou lhes atingir. Ora, precisava-se de dirigentes nacionais flexíveis, disciplinados, que não fossem cheios de nove horas. O modelo ideal de homem é aquele que jamais teve – ou somente por pouco tempo – uma profissão, que não estudou e devora com paixão ou zelo tudo o que o partido lhe envia como alimento intelectual, e, finalmente, um homem que dependa sentimental, intelectual e materialmente do partido.<sup>51</sup>

Valendo-se das decisões do 10º Pleno do CEIC, o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSA-IC) enviou em setembro de 1929 uma carta aberta aos partidos comunistas na qual se alertava contra os perigos de direita nas fileiras comunistas e discutido “as decisões e a linha política fixada pelo VI Congresso da I.C.”.<sup>52</sup> A “Carta Aberta” chamava a atenção para as linhas do “Terceiro Período”, do “social-fascismo” e dos “perigos de direita” nos partidos comunistas, dando ênfase com relação aos dois últimos pontos.

Para enfrentar este quadro, o SSA-IC propôs publicamente aos partidos comunistas latino-americanos que, além de recomendar a leitura das resoluções do VI Congresso da IC, do 10º Pleno da CEIC e da Primeira Conferência Comunista Latino-Americana a todos, o que lhes permitiria “ligar o discurso dos problemas internacionais com os problemas nacionais”, realizassem uma “depuração necessária” das fileiras comunistas dos elementos de direita (“Não há lugar em nossos partidos para os elementos que apoiam os liquidadores internacionais”<sup>53</sup>).

Logo depois da divulgação da Carta Aberta do SSA-IC, realizou-se o III Pleno do CC do PCB, de 29 a 31 de outubro de 1929, no Rio de Janeiro. Nele foram discutidos os resultados da Primeira Conferência Comunista Latino-Americana e do 10º Pleno do CEIC, bem como se debateu a situação política nacional e internacional, a sucessão presidencial, os perigos de direita, a questão agrária, a juventude e o BOC. Para garantir a realização da ordem do dia, previamente aprovada no dia 26 de setembro pelo SSA-IC, este determinou a presença como seu delegado à reunião do russo “Pierre” [Zakari Mihailovitch Rabinovitch].<sup>54</sup>

O III Pleno, sob o impulso do Terceiro Período, enxergou um aumento da instabilidade política do Brasil. Ela era resultado da combinação da rup-

tura entre as facções agrária e industrial da burguesia nacional a respeito da política de valorização do café e de questões econômicas regionais, da luta interimperialista anglo-americana e da “radicalização cada vez maior da massa trabalhadora e da pequena burguesia proletarizada”. Assim, o PCB não poderia ter uma posição de neutralidade na campanha eleitoral, pois a situação política do Brasil passara de um “período pré-revolucionário” para uma “situação objetivamente revolucionária”.

Para isso, os comunistas deveriam buscar a consolidação de um bloco revolucionário que abrigasse o proletariado e a pequena-burguesia, sendo que esta última deveria ser “radicalizada”. Tal radicalização deveria se dar através, por um lado, de “uma crítica implacável” aos erros e oscilações dos chefes pequeno-burgueses e, por outro, da “destruição implacável” das ilusões com a Aliança Liberal, a fim de demonstrar as ligações dos “conservadores, ‘liberais’ e ‘democráticos’ com o imperialismo internacional e com seus lacaios da grande burguesia dos campos e das cidades”. Desse modo, os comunistas deveriam lançar candidaturas e programa próprios, por intermédio do BOC, adotando os lemas “Transformemos a luta pela sucessão presidencial numa luta revolucionária” e “Pela revolução agrária e anti-imperialista” e a palavra de ordem “Pelo governo dos operários, camponeses, soldados e marinheiros”.<sup>55</sup>

Na sequência do III Pleno do PCB, realizou-se o I Congresso do BOC. O Congresso – que também alterou o nome da organização para Bloco Operário e Camponês do Brasil (BOCB) – contou com a presença de pouco mais de 30 delegados, representando 44 organizações de 12 estados brasileiros.<sup>56</sup>

Sob a influência das decisões do III Pleno do PCB, ali foi aprovado um novo programa. Este era um documento muito mais extenso e detalhado que o de 1927, mostrando o acúmulo de experiência que tivera desde seu surgimento. Pode-se também vê-lo como uma espécie de junção entre os Programas do BOC de 1927 e o do PCB de 1926, subordinados à orientação política do “Terceiro Período”. O novo programa tinha um caráter mais doutrinário e militante, voltado para realizar a “revolução agrária e anti-imperialista”, ao contrário do de 1927, em cuja introdução fazia-se uma discussão política a respeito da importância da participação dos trabalhadores em um processo eleitoral sob a forma de frente única.

Ao abordar o quadro político da sucessão presidencial, o BOCB apresentava os partidos políticos e seus respectivos candidatos à sucessão presidencial do mesmo modo que até então vinha fazendo. O “esquema” básico mantinha-se. Ou seja, tanto Julio Prestes como Getúlio Vargas eram instrumentos da classe capitalista, apenas diferenciando-os o imperialismo ao qual estavam ligados, inglês e americano, respectivamente. Frente a este quadro,

cabia ao povo brasileiro optar entre fascismo e “revolução agrária e anti-imperialista, preliminar da revolução proletária”.

Parte significativa do novo programa tinha suas bases tomadas do de 1927. No entanto, havia pequenas, mas importantes, modificações.

No caso do item relativo à “Legislação Social”, as novas propostas referentes à jornada de trabalho, em relação ao programa de 1927, determinavam a redução da jornada de oito para sete horas no máximo por dia e redução da jornada semanal máxima de 44 para 40.

Embora o foco do novo programa estivesse no processo revolucionário, nem por isso a questão dos “direitos políticos de classe” deixou de ser tratada. No grupo dos tópicos do programa do BOCB que sofreram pequenas e relevantes alterações no programa de 1929, deve-se mencionar o acréscimo àqueles setores, que já vinham sendo propostos desde 1927, da extensão de direito de voto aos analfabetos, feita pela primeira vez na história da República brasileira. Neste campo, embora localizado no item referente à juventude e às mulheres, também é relevante destacar a proposta de redução, de 21 para 18 anos, da idade mínima para o exercício do direito de voto.

O tópico referente aos militares mostrou pela primeira vez, de maneira pública, uma nova vertente de preocupações dos comunistas. Palavras de ordem como “alargamento radical dos insignificantes direitos atuais”, supressão dos castigos físicos, aumento do soldo e melhoria do “rancho” talvez fossem indicativas de certa atuação dos comunistas entre as fileiras militares, embora também revelassem o filtro do “Terceiro Período” neste campo.

A parte referente à questão agrária era o tópico mais extenso do programa do BOCB, revelando a importância que os comunistas pretendiam dar ao tema. No entanto, o programa de 1929 marcou mais um desejo de ação do que propriamente o resultado de uma atuação e o acúmulo de experiência.

Além de apresentar dados estatísticos referentes à concentração da propriedade rural, o programa do BOCB criticava a política de elevação dos preços do café praticada pelo governo brasileiro, que beneficiava a “insignificante minoria dos grandes fazendeiros” e aos “imperialistas que a aproveitam para conquistar novas posições estratégicas na economia e na política nacionais”, e sacrificava a maioria dos brasileiros. O programa de 1929 afirmava que a “revolução agrária e anti-imperialista” ali preconizada tinha como meta fazer o país livrar-se “dos restos de escravidão, da servidão e do imperialismo”. Para isto, no que se refere à questão agrária, o programa do BOCB apresentava dois estágios de reivindicações. No primeiro, para cada um dos segmentos em que eram divididos os trabalhadores do campo (o assalariado rural – “proletário rural típico” –, o pequeno lavrador sem terras – “semiproletário” – e o pequeno proprietário – “pequeno burguês rural”), depois de uma caracterização,

seguiam-se suas reivindicações imediatas, em boa parte tomadas do “Programa de Reivindicações do PCB” de 1926. Além disso, também eram apresentadas reivindicações relativas aos imigrantes, seringueiros e pescadores. Todas estas consignas eram fundamentalmente ligadas às melhorias das condições de trabalho, de existência e de organização política de cada um destes três segmentos. A revolução agrária e anti-imperialista seria o coroamento da luta por estas reivindicações imediatas. No entanto, à medida do crescimento da radicalização das massas rurais, seriam introduzidas novas palavras de ordem, marcando a entrada em um “período essencialmente revolucionário”. Este novo conjunto de reivindicações possuía um nítido caráter anticapitalista e apresentava reivindicações tais como anulação das dívidas, confisco e nacionalização das terras, reforma agrária e “criação dos organismos armados dos operários agrícolas”. Aqui talvez se possa imaginar que esta curiosa divisão de reivindicações em duas “fases” tenha sido uma forma que os comunistas encontraram para tentar uma reaproximação com os “tenentes”, que, como se sabe, haviam recusado o ponto da plataforma comunista que falava em nacionalização das terras e divisão dos latifúndios. Ao deixarem entrever que adiariam para um momento posterior estas questões, os comunistas, sem abrir mãos de seus princípios, faziam um recuo tático, que talvez pudesse sinalizar aos “tenentes” uma espécie de compromisso para aquele momento.

Nas reivindicações relativas aos índios, apresentadas no programa do BOCB, nas quais estes eram equiparados “às massas rurais em geral”, a principal palavra de ordem era o do direito de “criar uma civilização própria, como está sucedendo na União Soviética”.

O programa do BOCB destacou que a principal luta da classe média seria contra a classe capitalista, deixando subjacente a questão da aliança com o proletariado. Frente a tal quadro foram apresentadas – além do explícito apoio às suas lutas “contra a exploração e a opressão capitalistas” e aos seus “protestos contra a reação” – reivindicações propondo redução de impostos e aluguéis e incentivos para a construção de casas para os membros da classe média. A propósito da questão da propriedade da classe média, o programa do BOCB afirmava:

O governo operário e camponês (o governo das massas laboriosas) não confiscará as casinhas dos subúrbios, o lote do camponês pobre, a lojinha, a quitandinha, a pequena oficina – as pequenas propriedades em geral – nem os objetos de uso pessoal, indispensáveis à manutenção e à reprodução.

Ao deixar claro, como o também fazia expressamente no programa com relação ao confisco das casas dos grandes proprietários, ao confisco e nacio-

nalização das terras dos grandes proprietários – da forma como vimos acima destacada – e à encampação das “empresas imperialistas”, que não iriam tomar as propriedades daqueles setores sociais que deram origem e apoio aos “tenentes”, os comunistas procuravam, sem dúvida, tentar se reaproximar destes e até talvez dirimir alguma confusão no sentido de que sua proposta de confisco de propriedades fosse atingir a classe média.

Por fim o Congresso do BOCB definiu a questão da escolha dos candidatos da legenda. Manteve-se, como em 1928, a orientação de apresentar “candidaturas operárias” e para o cargo de presidente e vice-presidente da República optou-se por deixar isto cristalino por meio da escolha dos nomes do marmorista Minervino de Oliveira e do ferroviário Gastão Valentim Antunes. Era a primeira vez na história do Brasil que trabalhadores disputariam estes cargos.

Na sede da IC em Moscou, praticamente na mesma ocasião, entre 22 de outubro e 5 de novembro de 1929, ocorreu uma série de reuniões no Secretariado da América Latina da Internacional Comunista em que se decidiu extinguir o BOCB por supostamente “encobrir” o PCB e seu eleitoralismo.<sup>57</sup> O Secretariado da América Latina também aprovou a volta de Astrojildo Pereira ao Brasil para “ajudar o partido na preparação da campanha eleitoral” e implantar as decisões definidas nas reuniões em Moscou e, de certa forma, “preparar” o terreno para que as modificações definidas em Moscou não caíssem como um raio em céu azul.<sup>58</sup> O que acabou se revelando acertado, pois a resolução chegou ao Brasil depois das eleições de 1º de março, sendo publicada no número de abril de 1930 de *A Classe Operária*.

A campanha do BOCB se deu sob uma intensa repressão e seu resultado eleitoral, como era de se esperar, foi baixíssimo em todo o país, refletindo, de um lado, o isolamento a que o sectarismo do “terceiro período” o conduziu e, de outro, as fraudes indiscriminadas que ocorreram país afora. Assim, com base nos fraudulentos pareceres das comissões especiais de apuração do Congresso Nacional, Minervino de Oliveira e Gastão Valentim Antunes teriam tido, respectivamente, 720 e 689 votos. A votação obtida em nível nacional pelo BOCB foi inferior à conseguida pelo próprio Minervino de Oliveira no 2º Distrito do Distrito Federal nas eleições de outubro de 1928. Se levarmos em conta apenas a votação recebida nos dois distritos pelo BOC no Distrito Federal em 1928 e 1930, veremos que ali a votação do BOCB teria caído 72% nesse curto lapso de tempo.

Ao mesmo tempo em que se extinguiu o BOCB iniciava-se um novo processo de “bolchevização” nas fileiras comunistas brasileiras, sob a supervisão de “assistentes” de Moscou, como o casal Guralski (Inês e Abraham I. Heifetz) ou Pierre (Zakari M. Rabinovitch), os quais aplicaram a linha de “pro-

letarização dos PCs” (que no Brasil significou, em termos prosaicos, a substituição dos “intelectuais” por “proletários” de quase todo o núcleo fundador do partido brasileiro e que recebeu o nome do “obreirismo”). Isto conduziu o PCB a um longo período de isolamento e sectarismo. Ainda sob a égide do Terceiro Período, com a entrada de militantes e militares ligados a Luiz Carlos Prestes, que acabaram ocupando a direção do PCB em 1933-1934, o partido foi levado aos episódios das revoltas militares de novembro de 1935.

O PCB viveu quase toda a sua existência sob uma dupla pressão. Particularmente no período em que nos fixamos aqui, de um lado, os comunistas brasileiros, em especial após 1929-1930, quando foram fortemente tensionados pela Internacional Comunista, a qual, em razão do chamado princípio do “socialismo em um só país”, os comunistas influenciavam-se pelos interesses diplomáticos e estratégicos do Estado Soviético. De outro, ao se apresentarem como representantes da Internacional Comunista e, portanto, se fazerem vistos como simbolizando as conquistas dos trabalhadores soviéticos, traduziam-se aos olhos dos trabalhadores brasileiros como a expressão da utopia da criação de um Estado operário, e estes, por sua parte, faziam ver-lhes o desejo pela concretização deste anseio. Ao viverem esta dupla pressão, os comunistas ora atuavam como aceleradores, ora como freios das lutas sociais, sempre subordinados aos interesses do Estado Soviético. Dada a carência de lideranças com capacidade de enfrentar este paradoxo, muitos comunistas do Brasil acabaram preferindo o culto ao aparelho ao invés do enfrentamento das ruas. Por vezes, e não poucas, as ruas preferiram andar e deixar de ouvir os comunistas.

## RESUMO

Examina-se a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em seus primórdios, na segunda metade da década de 1920, tratando em especial das reivindicações apresentadas pelos comunistas nas primeiras eleições das quais tomaram parte. Tal enfoque, ao mesmo tempo, permitiu aos comunistas brasileiros a ruptura com suas origens anarquistas e aquilatar o conjunto de propostas apresentadas à classe operária brasileira, as quais marcavam, por sua vez, de um lado, os pontos de vista de Revolução Russa e, de outro, sua diferenciação com a retrógrada e retardatária burguesia brasileira.

## PALAVRAS –CHAVE

Partido Comunista do Brasil – PCB; eleições; Bloco Operário e Camponês – BOC; Direitos políticos dos trabalhadores.

*The influence of the Russian Revolution in the struggle for class political rights and the beginnings of the Brazilian Section of the Communist International, 1925-1930*

## ABSTRACT

---

This article examines the actions of the Communist Party of Brazil (PCB) in its early days, in the second half of the 1920's, dealing in particular with the demands made by the Communists in the first elections in which they took part. This approach, at the same time, allowed the Brazilian communists to break with their anarchist origins and to assess the set of proposals presented to the Brazilian working class, which, in turn, marked, on the one hand, the points of view of the Russian Revolution and, on the other, its differentiation with the retrograde and late Brazilian bourgeoisie.

## KEYWORDS

---

Communist Party of Brazil - PCB; Elections; Workers and Peasants Block - BOC; Political rights of workers.

## NOTAS

---

1. Mestre e doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pós-doutor em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Coautor de *Na Contracorrente da História* (Sundermann, 2015) e autor de *Pas de politique Mariô! Mario Pedrosa e a política* (no prelo, Ateliê; Editora da Fundação Perseu Abramo). Contato do autor: dakar@uol.com.br
2. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
3. PAVEL, Alex [pseudônimo de Astrojildo Pereira]. *A Revolução Russa e a imprensa*. Rio de Janeiro: S.C.P., 1918. O folheto de Pavel, de ruidosa atualidade pela sua análise sobre a atuação de uma imprensa venal, editorializada e extremamente partidária, foi transcrito no anexo da interessante e ainda atual pesquisa de ANDRADE, A. T.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz; e MELO, Clóvis. *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 303-318.
4. PARTIDO Comunista do Brasil. Comissão Central Executiva. *Relatório geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil e sobre a situação do P.C. Brasileiro*. Rio de Janeiro, 01-10-1923, p. 6 (Arquivo do Estado Russo de História Social e Política [Rossiiskii Gosudarstvennii Arkhiv Sotsialnoi i Politicheskoi Issledovaniï – RGASPI]).
5. NEQUETE, Abílio de. Ao Comitê Executivo da I Comunista. Montevideu, 01-02-1922, p. 1 (RGASPI). Nessa mesma época, também no Rio Grande do Sul, foram fundados outros grupos com as mesmas características da União Maximalista e que também se apresentavam como simpatizantes e apoiadores da Revolução Russa, como a Liga Comunista de Santana do Livramento e o Centro Comunista de Passo



Fundo (Cf.: AKCELRUD, Isaac Santos Soares. *Problemas*. Rio de Janeiro, nº 39, mar.-abr. 1952, p. 90).

6. NEQUETE, Abílio de. *Op. cit.*

7. Manuscrito fragmentário de Astrojildo Pereira, sem data nem local, encontrado no Fundo Astrojildo Pereira (Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro – ASMOB), junto a uma série de documentos incompletos ou fragmentários (ARCH A2, 32, p. 19).

8. SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et oubli. Anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil: mythe et histoire*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992, p. 246-249.

9. PARTIDO Comunista do Brasil. Secretariado do Partido Comunista do Brasil. *Alba Rossa*. São Paulo, nº 11, 03-04-1919, p. 3.

10. NEQUETE, Abílio de. *Op. cit.*

11. O operariado do Brasil e a situação internacional proletária. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. Rio de Janeiro, nº 1, ago. 1920, p. 15.

12. LEUENROTH, Edgard *et alii*. Os anarquistas no momento presente. Definindo atitudes. Aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado. *A Plebe*. São Paulo, nº 177, 18-03-1922, p. 4.

13. NEQUETE, Abílio de e PEREIRA, Astrojildo. *Relatório dos trabalhos de preparação e realização do Congresso Constituinte do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 29-03-1922 (RGASPI). O artigo anunciando a fundação do PCB (Nosso Congresso. *Movimento Comunista*. Rio de Janeiro, nº 7, ano I, jun. 1922, p.178) transcreve quase os mesmos parágrafos do relatório de 29/03/1922 enviado ao CEIC até pouco antes do trecho em que se apresentam os números de sua militância, o qual acaba não publicado na íntegra. No texto do relatório publicado em *Movimento Comunista*, permanece apenas a menção aos 70 militantes do Rio de Janeiro, desaparecendo as demais informações. O trecho publicado, no entanto, não permite dúvidas de que o número apresentado se refere apenas ao Grupo do Rio de Janeiro. Desta publicação parcial resulta, em 1962, um erro que se perpetuou na historiografia comunista até hoje. Astrojildo Pereira, em uma nota de rodapé de seu livro dedicado à história do partido (*Formação do PCB, 1922/1928: Notas e documentos*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962, p. 46, nota 2), em um evidente lapso de memória, afirma que “os comunistas brasileiros inscritos nos diversos grupos representados no Congresso de 1922 somavam um total de 73 membros”.

14. Em março de 1922 Canellas se encontrava na França.

15. BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: Memórias* (Vol. 1). São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 254. Brandão comete equívoco ao afirmar que o contato se dera na segunda metade de 1923. Ver também PEREIRA, Astrojildo. *Relatório geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil e sobre a situação do P.C. Brasileiro ao*

Comitê Executivo da I.C., 01-10-1923, p. 9 (RGASPI) e PEREIRA, Astrojildo. *Relatório trimestral do P.C. Brasileiro ao Executivo da I.C.* Rio de Janeiro, 06-01-1924 (RGASPI).

16. Sobre este último ponto, nos III e IV Congressos da IC, realizados em 1921 e 1922, respectivamente, foram aprovadas teses e resoluções sobre o tema, nas quais se enfatizava a participação dos comunistas no movimento cooperativo. Cf.: Tesis sobre la acción de los comunistas en las cooperativas; Resolución del III Congreso de la Internacional Comunista sobre la acción en las cooperativas; Resolución sobre la cooperación. In: INTERNACIONAL Comunista. *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista* (2ª parte), p. 133-135, 136, 244-247, respectivamente.

17. BRANDÃO, Octavio. O Brasil burguês e revolucionário: Relatório trimestral do P.C.B. ao C.E.I.C. – Janeiro a março – 1924. Rio de Janeiro, 10-04-1924, p. 5 (RGASPI).

18. No relatório de Astrojildo Pereira ao CEIC, datado de 06-01-1924, à página 5, já mencionado, seu autor anexa um recorte de *O Paiz*, no qual estão relacionados militantes e entidades participantes da atividade de criação da Conferência dos Representantes das Associações de Classe, grifando os nomes das pessoas e assinalando as organizações vinculadas ao PCB.

19. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão – A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 60.

20. CARR, E. H. *Historia de la Rusia soviética. El socialismo en un solo país (1924-1926)*. Vol. 3, 1ª parte (Las relaciones exteriores: La Unión Soviética y Occidente – La estructura de la Comintern). Madrid: Alianza Editorial, 1976, p. 105.

21. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista, 1919-1943*, Volume I (A ascensão e a queda). São Paulo: Sundermann, 2007, p. 475.

22. *Ibidem*, p. 450.

23. Para um exame mais detalhado e bem fundamentado de *Agrarismo e industrialismo*, ver: SILVA, Ângelo José da. *Comunistas e trotskistas: A crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002, p. 74-90. Uma curiosidade apontada por Silva: no subtítulo da obra de Brandão – “Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de S. Paulo e a guerra de classes no Brasil” – foi, ao que consta, a primeira vez em que se usou a expressão “marxista-leninista” em um documento de um partido comunista. Até então se julgava que a expressão havia sido lançada em março de 1928 na União Soviética (cf. p. 76).

24. S. A. A vida do Bloco Operário e Camponês. [Rio de Janeiro, dezembro de 1928], p. 1 (RGASPI).

25. A primeira menção, no âmbito da Internacional Comunista, da expressão “Bloco Operário” foi feita por Leon Trótski. Em uma reunião do Comitê Executivo da IC em que se discutia a respeito do partido francês e sobre sua participação no bloco das esquerdas, Trótski, em discurso feito na sessão de 08/06/1922, afirmou que se deveria opor àquele um Bloco Operário. Na resolução sobre o PCF, também redigi-

da por Trótski, afirmava-se que, embora sedutora, à ideia de Bloco das Esquerdas deveria se opor a de “Bloco de todos os operários contra a burguesia” (TROTSKY, Leon. *Le mouvement communiste en France (1919-1939)*. Paris; Minuit, 1977, p. 191). Posteriormente, a ideia foi retomada pelo PCF, que, em 15 de outubro de 1923, propôs ao Partido Socialista a constituição de um “Bloco Operário e Camponês”, que acabou disputando as eleições de maio de 1924, sem a presença dos socialistas (Cf.: *Ibidem*, p. 659-660).

26. A redação da *A Classe Operária*. O Bloco Operário e as próximas eleições municipais. Rio de Janeiro, 21/09/1925 *apud Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 28/09/1925, p. 3872-3873.

27. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)*. Campinas, 2000. Mimeogr. (Tese, Unicamp – IFCH), *passim*.

28. Embora seja importante destacar que o PCB, por ocasião da comemoração do 1º de Maio, divulgou um programa de reivindicações, entre as quais, no campo político, estava o voto secreto e obrigatório (Cf.: Seção de Agitação e Propaganda do Partido Comunista do Brasil. Teses para o 1º de Maio. *Voz Cosmopolita*. Rio de Janeiro, nº 56, 15/04/1925, p. 2.)

29. Vida Operária. A Coligação Operária é o verdadeiro Partido dos pequenos funcionários e operários municipais, estaduais ou federais. *Praça de Santos*. Santos, 27-01-1928, p.3.

30. PARTIDO Comunista do Brasil. Comissão Central Executiva. Para o 1º de Maio de 1926. Reivindicações e palavras de ordem. *Voz Cosmopolita*. Rio de Janeiro, nº 79, 15/04/1926, p. 2. Este mesmo texto foi reproduzido em um jornal especial, de único número, intitulado *1º de Maio*, e que foi lançado pelo Comitê Nacional do Socorro Operário Internacional. Praticamente idêntico, com algumas atualizações, foi repetido no número de 1º de Maio de 1927 de *A Nação*. O trecho entre aspas foi extraída de El 1º de Mayo y el Partido Comunista del Brasil. *La Correspondencia Sudamericana*. Buenos Aires, nº 2, 30/04/1926, p. 2.

31. ERCOLI a Au C.C. du P. C. du Brésil. Moscou, 02/07/1926, p. 5-6 (RGASPI).

32. *Ibidem*, p. 5 (RGASPI).

33. Na questão do voto feminino, os comunistas destacavam que esta conquista seria inócua se não viesse acompanhada da aquisição de uma consciência de classe. Cf.: A mulher em ação. O que o comunismo fará por ela. *A Nação*. Rio de Janeiro, 05/01/1927, p. 5.

34. PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986, p. 35.

35. Ainda as eleições de 24 de fevereiro. Significativas revelações que os Algarismos nos fornecem. Porque o comunismo há de triunfar. *A Nação*. Rio de Janeiro, 05/03/1927, p. 1.

36. CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971, p. 396.
37. Abaixo a reação imperialista!!!. *A Nação*. Rio de Janeiro, 11/08/1927, p. 1-3.
38. BRANDÃO, Octavio. *Depoimento, 1977*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1993, p. 139.
39. Operários e Lavradores. Comitê Eleitoral das Mulheres Trabalhadoras. *A Esquerda*. Rio de Janeiro, 25/07/1928, p. 4; BRANDÃO, O. *Combates e batalhas*, p. 348-349; Cinco moças do Comitê Eleitoral das Mulheres Trabalhadoras, detidas pela polícia. A polícia anda com medo das mulheres comunistas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10/11/1928, p. 6; BRANDÃO, O. *Depoimento, 1977*, p. 109; *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 14/11/1928, p. 5.406.
40. A partir de então, se afirmou que as burguesias nacionais já não eram mais uma força revolucionária anti-imperialista, devendo os comunistas rechaçar alianças com tais forças, o que produziu como consequência a política de rejeição de alianças com a social-democracia, que depois do 10º Pleno do CEIC seria caracterizada com a fórmula “social-fascista”
41. O primeiro – de 1917 a 1923 – considerado o de crise do capitalismo e ascensão revolucionária; o segundo – de 1923 a 1927 – o de estabilização parcial do capitalismo; e o terceiro, iniciado em 1927, o de uma estabilização relativa do capitalismo em que ocorreria uma ascensão da economia capitalista, ao lado de um novo crescimento das formas socialistas da economia na URSS, a qual levaria a uma quebra da estabilização capitalista e a uma agravamento da crise geral do capitalismo. Ver: Tesis sobre la situación las tareas de la Internacional Comunista. In: INTERNACIONAL Comunista. *VI Congreso de la Internacional Comunista (Primera Parte)*. México: Pasado y Presente, 1977, p. 96.
42. DROZ, Jules Humbert. Sobre los países de América Latina. In: INTERNACIONAL Comunista. *VI Congreso de la Internacional Comunista. Segunda Parte – Informes y discusiones*. México: Pasado y Presente, 1977, p. 309-310.
- z43. P.L. e J.C. Relatório dos delegados do P.C.B. ao VI Congresso da I.C. *Auto-Critica*. Rio de Janeiro, nº 6, [1928], p. 10.
44. DROZ, Jules Humbert. Quelques problèmes du mouvement révolutionnaire de l'Amérique latine. *L'Internationale Communiste*. Paris, nº 17, 15/08/1928, p. 1.366.
45. CABALLERO, Manuel. *La Internacional Comunista y la revolución latinoamericana*. 2ª ed. Caracas: Nueva Sociedad, 1988, p. 97.
46. BROUÉ, P. *Op. cit.*, Vol. I, p. 625.
47. *Ibidem*, p. 618.
48. Xª Sessão do Comitê Executivo da Internacional Comunista. A situação internacional e a tarefas imediatas da I.C. *Auto-Critica*. Rio de Janeiro, nº 7, [1929], p. 1.
49. COHEN, Stephen. *Bukharin, uma biografia política* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 372.

50. Xª Sessão do Comitê Executivo da Internacional Comunista. A situação internacional e a tarefas imediatas da I.C. *Auto-Crítica*. Rio de Janeiro, nº 7, [1929], p. 6.
51. BROUÉ, P.. *Op. cit.* (Vol. I), p. 621.
52. INTERNACIONAL Comunista. Secretariado Sul-Americano. Carta aberta do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista aos partidos comunistas da América Latina. *Auto-Crítica*. Rio de Janeiro, nº 8, [1929], p. 9-12. Anteriormente esta carta fora publicada no órgão do SSA-IC (S.S.A. de la I.C. Carta abierta a los Partidos Comunistas de la América Latina sobre los peligros de derecha. *La Correspondencia Sudamericana*. Buenos Aires, nº 18 (2ª Época), 20/09/1929, p. 1-4).
53. *Ibidem*, p. 12.
54. Saulo [Paulo de Lacerda]. El III Pleno del C.C. del P.C.B. *La Correspondencia Sudamericana*. Buenos Aires, nº 21 (2ª Época), 20/11/1929, p. 23-26. Acta n. 37. Reunión del Secretariado Sudamericano realizada el 26 de Setiembre de 1929 (RGASPI). As resoluções do III Pleno foram publicadas no número 8 de *Auto-Crítica*.
55. A sucessão presidencial e as próximas eleições. *Auto-Crítica*. Rio de Janeiro, nº 8, [1929], p. 4. Saulo [Paulo de Lacerda]. El III Pleno del C.C. del P.C.B. *La Correspondencia Sudamericana*. Buenos Aires, nº 21 (2ª Época), 20/11/1929, p. 23.
56. As 44 organizações representadas no Congresso eram dos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.
57. Para ver com detalhe o debate, consultar KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo, 2002. Mimeogr. (Tese, FFLCH – USP), p. 590-605.
58. Carta de Garlandi [Ruggero Grieco] à la Petite Commission. Moscou, 16/11/1929 (RGASPI).